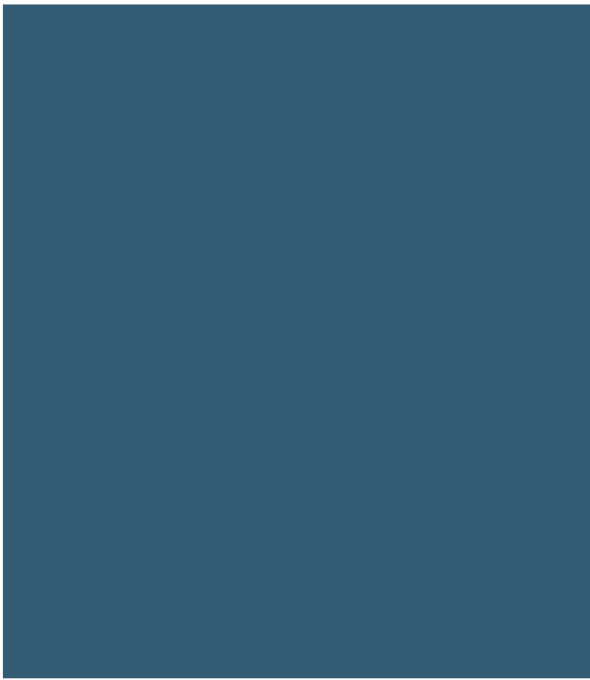




O Relatório de Monitoramento será obrigatório para políticas públicas em execução, mesmo que estejam em processo de aperfeiçoamento ou expansão. As políticas em fase de elaboração não serão passíveis de monitoramento nos moldes apresentados neste relatório. Ademais, este documento será aplicável somente após o detalhamento da política pública.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

O instrumento principal de relacionamento entre as Coordenações Regionais e a CGETNO é o ***Plano Anual de Trabalho – PAT, cada um sendo um processo SEI específico***, no qual as unidades regionais da Funai informam à sede quais serão as atividades anuais de trabalho. Há também um Plano Anual de Trabalho para as Frentes de Proteção Ambiental que é mediado via a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), também com seu processo SEI específico. Durante o exercício de 2020, até o presente momento, a CGETNO apoiou por meio deste instrumento mais de 120 projetos/atividades

A respeito de outros instrumentos, está em tratativas com o Ministério da Cidadania, ***Termo de Execução Descentralizada - TED*** para instalação e reforma de casas do mel nas Terras Indígenas Wassu Cocal - AL e Ilha de São Pedro – AL, porém ainda não foi assinado.

Também foram destacadas, para o orçamento de competência da CGETNO, 05 ***emendas parlamentares*** nas Unidades Federativas de Roraima - RR, Amazonas – AM, Mato Grosso - MT e Pará - PA cujos projetos estão em fase de licitação dos Planos de Aplicação visando a descentralização orçamentária.

Outro instrumento a ser destacado é o ***Termo de Referência*** - no âmbito de cooperações técnicas ou financeiras internacionais - para contratação de consultorias especializadas visando a entrega de produtos específicos. Neste exercício foram elaborados no âmbito do tratado Brasil - Alemanha e sob supervisão da empresa de cooperação técnica alemã- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit dois termos de referência pela CGETNO: a) sistema de monitoramento - implementação de projeto de Business Intelligence -BI na DPDS e CGMT; b) análise de requisitos para implementação de Portal de divulgação de produtos e serviços em Terras Indígenas. Ambos Termos já foram aprovados pela GIZ e estão em fase de seleção de empresas e pessoas físicas. Já no âmbito do PNUD, foram elaborados os seguintes Termos: a) implementação de plano de manejo de Pirarucu na Ilha do Bananal; b) tratamento de dados para análise e avaliação do Censo Agropecuário em Terras Indígenas. Esses projetos estão em fase de seleção e execução respectivamente.

INDICADORES

Um dos indicadores utilizados pela CGETNO , o qual foi base para a construção do último PPA (2015-2019) é o **Número de famílias atendidas**.

Até o mês de outubro contabilizamos o atendimento de **56.000** famílias atendidas. Este resultado está 40% acima da meta anual do último PPA que era de 40.000 famílias atendidas anualmente. Sua fórmula de cálculo é: $\Sigma = (\text{Terras indígenas atendidas} / \text{Total de Terras Indígenas}) * 100$. Este número é aferido quando da apresentação dos Planos Anuais de Trabalho - PAT. Por meio desse instrumento as unidades descentralizadas estimam o número de famílias a serem atendidas por cada projeto apoiado pela CGETNO.

Outro indicador relacionado à política de etnodesenvolvimento é o **percentual de Terras Indígenas atendidas** com projetos de etnodesenvolvimento. Até o mês de outubro foram computadas **205** Terras Indígenas ou seja **27%** de todas as Terras Indígenas haja vista que há 744 Terras Indígena (Informação retirada do Sistema de Terras Indígenas - STI em 07/10/2020). Há de se ponderar todavia que este número é atinente apenas a 20 CRs uma vez que houve recente mudança de indicador no PPA e é necessário confirmar essa quantificação junto às demais UGs. Essa dificuldade será explanada quando da conclusão. Assim, a previsão é que este número dobre até o final do exercício.

Reiteramos o fato de que o modelo de negócio da CGETNO para este ano foi desenhado a partir da meta do PPA - número de famílias atendidas, logo deveremos reestruturar a rotina administrativa da CGETNO para computar o percentual de Terras Indígenas atendidas.

Indicador e meta da Política

Nome do Indicador: Número de famílias atendidas				Meta 40.000			Resultado 56.000		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
$\Sigma =$ Número de famílias indígenas atendidas	Positiva	SEI/Funai	Anual	40.000	40.000			56.000	
Data da Última Coleta	09/10/2020								

Nome do Indicador: Percentual de Terras Indígenas atendidas				Meta 40%			Resultado 27%		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
$\Sigma = (\text{Terras indígenas atendidas} / \text{Total de Terras Indígenas}) * 100$	Positiva	SEI/Funai	Trimestral	N/A	40%		N/A	27%	

Data da Última Coleta	09/10/2020
-----------------------	------------

Sistema de monitoramento interno da Política

Relembra-se que no processo de detalhamento da política de etnodesenvolvimento, a Meta estabelecida foi “*Promover a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda por meio do incremento anual em 5% do recurso (R\$) contratado e comprado de produtos agropecuários e extrativistas da agricultura familiar indígena em relação ao total de recurso (R\$) disponibilizado para estudantes indígenas no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.*”, trata-se de uma meta finalísitca para a qual já temos uma mensuração parcial da linha de base mas que, para fins de certificação, ainda precisamos checar com as fontes (No caso o FNDE)). A fórmula correspondente foi estabelecida como “*(Recursos comprados da agricultura familiar indígena no ano/ Recursos disponibilizados para alimentação escolar em escolas indígenas no ano)*100*”; a equipe CGETNO está aguardando um último batimento de dados por parte da SAF/MAPA para fechar alguns paineis de BI com essa dados.

Nome do Indicador:				Meta			Resultado		
	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
	Positiva	FNDE e FUNAI	Anual	A ser consolidada	Idem		A ser consolidada	Idem	

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Projeto estratégico é aquele projeto que, em razão de suas características (temática, localização, público, abrangência, etc.) é considerado chave para consecução dos objetivos da CGETNO (valorizar uma temática, atender a um público específico, empregar tecnologias/metodologias alternativas e/ou inovadoras, etc).

Um dos projetos estratégicos para a CGETNO, em coordenação conjunta com a CGGAM, é a implantação de sistema de monitoramento aplicando a técnica de Business Intelligence -BI. BI são soluções tecnológicas que por meio do cruzamento de informações e a realização de operações de Online Analytical Processing - OLAP (Drill-on, slice, pivot e outras) subsidiam a equipe gerencial e técnica a tomar decisões. Tecnicamente consiste na criação de um data warehouse (tabelas fato e tabelas dimensões)

onde existem dados produzidos por organizações diversas. Com o fenômeno do Big Data, as organizações privadas e públicas vem se apropriando dessas técnicas (modelagem de dados em formato estrela -Ralph Kimball e algoritmos de mineração de dados) e dessas tecnologias (softwares diversos) para aperfeiçoar suas ações. Em relação à política indigenista essas técnicas e tecnologias são bem apropriadas, já que a Funai não produz todos os dados a ela relacionados, como os referentes à Educação e Saúde. Assim, além de visualizarmos a política indigenista de uma forma mais holística, a implantação desse sistema permitirá a seus gestores fornecer informações de forma mais ágil, já que um dos pressupostos à adoção de um projeto de BI é a estruturação dos dados em forma relacional.

Outro Projeto estratégico para a Coordenação-Geral é o fomento e a divulgação da política pública do PNAE para os povos indígenas. Atualmente apenas cerca de 3 % da população indígena tem acesso a esse programa. Acreditamos que com uma maior articulação frente às organizações indígenas (associações e cooperativas) assim como dos gestores estaduais e municipais, divulgação dessa política e de uma melhor definição do papel da Funai-CGETNO frente ao cadastro de instituições emissoras de DAP, permitirá uma maior adesão indígena a esse programa, que além de gerar renda às famílias beneficiadas, poderá ser um catalisador à segurança nutricional desses povos porque sua política já está balizada em critérios nutricionais. Assim, levando em consideração que a CGETNO a partir deste ano elegeu como uma de suas metas o aumento da participação indígena no PNAE, espera-se melhorar o quadro de beneficiário indígenas da PNAE.

ANÁLISE DO RESULTADO

Embora o contexto pandêmico vivido pelos povos indígenas tenha lhes causado diversas mazelas e impedido a realização de algumas atividades outrora apoiadas por esta Coordenação -Geral, como o turismo que ora se encontra suspenso em todas as Terras Indígenas, foi possível buscar inovações para avançarmos em outras perspectivas de trabalho. Por meio de Crédito Extraordinário (PI COV) a Funai – CGETNO, em complementação à Ação de Distribuição de Alimentos tradicional, ações de compra realizadas diretamente dos povos indígenas para doação simultânea são possibilidades ideais para fechar circuitos endógenos de circulação de alimentos e evitar uma maior circulação dos indígenas nas cidades e de estranhos às terras indígenas na distribuição de alimentos. A Funai já fez compras diretas e está estruturando minutas de contrato e projeto básico simplificado para que estados e municípios também possam estruturar ações nesse sentido. Circuitos endógenos dessa natureza contribuem para a garantia da segurança alimentar, aumentam a proteção sanitária das aldeias e, ao mesmo tempo, geram renda para as famílias indígenas. Importante destacar que essas ações não são universalizantes, e que serão detalhadas no nível operacional, no caso a caso. Processos semelhantes à compra e doação de alimentos tem sido

experimentados pela Funai para compra e doação de EPIs comunitários, produzidos por empreendimentos dos próprios indígenas, como soluções de proteção sanitária e geração de renda, o que possibilitou o apoio a projetos antes pouco priorizados como os de Corte e Costura - produção de máscaras. Até a data de hoje contabilizamos o apoio a 8 projetos (Araguaia Tocantins, Baixo São Francisco, Dourados, Litoral Sudeste e outras) para confecção de máscaras. Esses projetos atenderam cerca de 1200 famílias, produzindo-se mais de 2700 máscaras.

Além disso, também fortaleceu-se a infraestrutura interna da produção de alimentos nas Terras Indígenas com o apoio a diversas iniciativas, seja na agricultura tradicional e mecanizada, extrativismo (manejo de lagos - pirarucu) e pecuária (apicultura). Dessa forma, conseguimos expandir o número de famílias atendidas. Contudo, um outro desafio que se apresenta à CGETNO é de criar metas e indicadores de resultados que possam balizar a qualidade dos projetos. Embora tenhamos avançado em certo sentido quantitativamente, conseguindo apresentar dados concretos como número de famílias atendidas e percentual de terras indígenas atendidas, ainda é necessário percorrer uma longa jornada em busca da construção de referenciais qualitativos. Assim um dos objetivos da CGETNO é dar suporte ao monitoramento dos projetos, apoiando discussões a balizar a construção de parâmetros de qualidade, além de estruturar uma rotina de monitoramento de projetos. Nesse sentido há em curso discussões conceituais a respeito da definição de projetos e gerenciamento de projetos as quais poderão ulteriormente ser institucionalizadas e normatizadas. Essas discussões foram puxadas pela DPDS que incentivou os servidores a participarem de cursos promovidos pela Enap como o de “Introdução à gestão de Projetos”.

RISCOS

Na Planilha abaixo, foram cortados os riscos cuja governabilidade é alheia à CGETNO e, apesar de não preenchermos a planilha de artefatos de controle implementados, informo que a estaremos coadunando essa resposta junto ao processo de auditoria de processos que pela qual a CGETNO está já passando durante este exercício. De antemão, é importante ressaltar que: 1) para o risco de “Fontes de financiamento limitadas”, estamos avançando na organização de cooperações técnicas e financeiras internacionais; 2) para o risco “Instrumentos insuficientes”, estamos avançando na contratação da solução de BI; 3) para “Problemas logísticos e administrativos”, foi possível instruir ao menos um processo junto à CGRL para criar instrumentos e pareceres referenciais para todas as unidades regionais, no que diz respeito aos processos de compra e doação simultânea de alimentos; e 4) quanto à “apropriação indevida dos conceitos”, estamos planejando uma série de processos de capacitação mas que, devido ao contexto da pandemia, estão todos refreados, aguardando momento propício de realização.

(Obs: as planilhas abaixo estão desalinhadas devida a conversão .pdf > .docx > .pdf; que apesar das inúmeras tentativas, tendem a manter-se desconfiguradas.)

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2) Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4) Financeiros/orçamentários (5) Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
---	-----------------	-------------------------------	--------------------------------	-----------------------	--

1	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de etnodesenvolvimento, por parte das CRs e CTLs.	Alto	Médio	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços.	2 2 3, 4	
1, 2	Apropriação indevida dos conceitos de etnodesenvolvimento	Alto	Média	Promover espaços de discussão e de implementação	4	

1, 4	Fontes de financiamento dispersas e limitadas por recortes macrorregionais com tempos, instrumentos e procedimentos próprios/diversos	Médio	Alta	Realizar capacitações técnicas para identificação de fontes de financiamento e para manejá-las. Normatizar mecanismos de crédito específicos para povos indígenas	2 4
1	Insuficientes mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados produzidos	Médio	Média	Implantar rotinas, práticas, procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existentes (CADÚNICO, Censos do IBGE, Sistema DAP, etc)	2, 4 2, 4

CONCLUSÃO

Uma das grandes dificuldades em prestar contas da CGETNO é que os dados não estão estruturados. Os planos anuais de trabalho são preenchidos no SEI, mas sua forma não é estruturada o que dificulta um processo de automatização e carregamento (ETL) dessas informações em um banco de dados. Há basicamente três modelos para banco de dados: estruturado, semi-estruturado e não estruturado. Os dados estruturados são aqueles organizados por coluna e que cada coluna representa um tipo (data, inteiro, decimal, booleano, texto). Esses dados estruturados quando armazenados em banco de dados relacionais são resgatados por meio de linguagem SQL. Ocorre que na FUNAI há dois problemas estruturantes: para realizar essa modelagem e permitir que esses dados sejam resgatados é necessário um certo conhecimento de banco e estrutura de dados, e poucos servidores o possuem. Muitos confundem o conceito de dados com o conceito de informação poluindo o banco ou a tabela com texto ou construindo estruturas em forma de grandes tabelas com enunciados grandes de texto, que são práticas contrárias a um bom modelo de dados. Outro é que embora a CGETNO tenha se esmerado principalmente com o projeto de BI em buscar meios de produzir e resgatar essas informações com mais agilidade, ainda é necessário um alinhamento junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC) da FUNAI, no momento de desenvolver o modelo de negócio junto à consultoria. Isso porque além das questões técnicas apontadas, o processo de armazenamento de dados é sobretudo um processo mecânico (registro dos dados em disco - HD; agora também há a tecnologia de SSD) e deve-se possuir conhecimento da infraestrutura de TI da Funai para ir adiante com este projeto.

Posto isso, em relação aos projetos etnodesenvolvimento em geral se percebe um amadurecimento na instituição como um todo, desde as regionais, buscando atender os índios de forma mais qualitativa, entendendo as condições regionais, os contextos sociais e econômicos, desenhando ações condizentes com o papel institucional da Funai, como da própria sede, que tem se aprofundado tanto conceitualmente, como tem buscado apoiar ações mais eficientes que tragam retornos às comunidades indígenas.